

Retórica e realidade

Lauri Krüger¹

Resumo Abstract

Desde a concepção da punição como método de controle, organização e regramento social, os métodos utilizados têm sido os mesmos, trazendo como consequência a marginalização de determinados segmentos sociais, e a exclusão de outros tantos. Os métodos utilizados diferem de época para época, adaptando-se a novas realidades e exigências sociais, mas mantendo uma coerência compatível com as necessidades dos detentores do poder, indiferentemente da linha ideológica dominante nestes grupos.

Crossway the time, the conception of punisher, and the requirements and methods to control and organize the society, are the same, and became the same consequences: the marginal way to determined social segments, and the exclusion of other's.

The utilized methods differed time to time, to adapt a new realities and social exigencies, but preserve the coherency and compatibility with the necessities of the groups who detains the supremacy, indifferently of the ideological line who dominate these groups.

¹ Artista Plástico, estudante do 6º semestre do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da PUCRS, presidiário em cumprimento de pena na Fundação Patronato Lima Drummond, em Porto Alegre (RS).

O meio mais obtuso e resistente à modificações estruturais e conceituais tem sido, nos últimos tempos, o ambiente prisional, o que nos leva a algumas reflexões inquietantes, que tem poder de fazer questionar as obrigatórias ligações existentes entre poder e ideologia, dominação e exclusão, retórica e realidade.

Dentro de um contexto político-ideológico regionalizado, idéias de vanguarda surgem quase nati-mortas, semi-condenadas por uma orientação político-ideológica que marca passo nas ultrapassadas alegorias de um discurso que atende anseios, mas ignora a realidade.

The most obtuse and resistant ambient to structural and conceptualist modifications are, at the last times, the prison, and this made us reflect and answer about the ligancies existents between supremacy and ideologies, dominance and segregation, rhetoric and reality.

In a politic and ideological regionalized context, vanguard's ideas come see death, condemned by the use of an politic and ideological orientation who became ultra passed allegories of an speech who attempt the frightened, but ignore the reality.

Como surgiu o texto

Apartir da solicitação da Diretora da Fundação Patronato Lima Drummond, estabelecimento penal situado na Avenida Teresópolis, 1.280, Bairro Teresópolis, Porto Alegre, RS, onde cumprio pena de reclusão, compareci a seminário promovido pelo DESP/SEC/RS – Departamento de Desportos da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul –, desco-

nhecendo o teor daquilo que seria tratado na ocasião.

O assunto em pauta dizia respeito à realização de uma Olimpíada cuja finalidade era permitir a participação ativa de grupos populacionais excluídos e marginalizados em eventos culturais e esportivos dessa natureza, muitos dos quais representados no local, incluindo-se os presidiários.

No decorrer dos trabalhos, constatou-se que a SuSePe –

Superintendência dos Serviços Penitenciários – sem consultar aos internos dos estabelecimentos penais, já havia pré-estabelecido a forma como se desenvolveriam as atividades no meio prisional, ao contrário do que fizeram representantes de outros grupos presentes ao evento.

Embora tenham havido discussões vanguardistas de inquestionável e inestimável valor social, entendi que transparecia uma nítida orientação ideológico-política, considerando uma razoável higidez e ingenuidade dos componentes da população-alvo da Olimpíada, que serviriam a um propósito não explícito. Considerando as premissas preconizadas pelos organizadores do evento e a forma como estavam sendo conduzidas as questões, envolvendo os presidiários, entendi por bem encaminhar o texto, como correspondência, ao Sr. Florismar Oliveira Thomaz, Diretor do DESP/SEC/RS, com três finalidades:

- a) Estabelecer o posicionamento dos presidiários, a partir da minha vivência e do meu conhecimento empírico sobre o ambiente prisional;
- b) Explicitar singularidades que, eventualmente, possam

levar os agentes político-ideológicos a subestimarem a capacidade de entendimento da população-alvo, frustrando as finalidades do evento; e,

- c) Colaborar com a realização de uma atividade que, efetivamente, integre as populações historicamente marginalizadas no contexto sócio-político-econômico.

Paralelamente, informei ao demais presos, com quem mantenho contato diário, das providências tomadas, bem como relatei à administração da Fundação patronato Lima Drummond todo o ocorrido.

Retórica e realidade

Se é verdade que a lepra suscitou modelos de exclusão que deram até um certo ponto o modelo e como que a forma geral do grande Fechamento, já a peste suscitou esquemas disciplinares. Mais que a divisão maciça e binária entre uns e outros, ela recorre a separações múltiplas, e distribuições individualizantes, a uma organização aprofundada das vigilâncias e dos controles, e uma intensificação e ramificação do poder. O leproso é visto dentro de

uma prática de rejeição, do exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciada; os pestilentos são considerados num policiamento tático meticuloso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide. O grande fechamento por um lado; o bom treinamento por outro. A lepra e sua divisão; a peste e seus recortes. Uma é marcada; a outra analisada e repartida. O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político. Um é o de uma comunidade pura, o outro, o de uma sociedade disciplinar. Duas maneiras de exercer poder sobre os homens, de controlar suas relações, de desmanchar suas perigosas misturas. A cidade pestilenta, atravessada pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais – é a utopia da cidade perfeitamente governada. A peste (pelo menos aquela que permanece no estado de previsão) é a prova durante a qual se pode definir idealmente o exercício do poder disciplinar. Para fazer funcionar segundo a pura teoria os direitos e as leis, os juristas se punham imaginariamente no estado de natureza;

para ver funcionar suas disciplinas perfeitas, os governantes sonhavam com o estado de peste. No fundo dos esquemas disciplinares, a imagem da peste vale por todas as confusões e desordens; assim como a imagem da lepra, do contato a ser cortado, está no fundo do esquema de exclusão (FOUCAULT, 1989, p. 175-176).

O maestro Foucault, em todas as linhas e passagens de sua obra, define com exatidão os métodos de manipulação social e manutenção do poder e os símbolos utilizados nesta sutil, sádica e cruel tarefa. Estabelece a prisão como uma das ferramentas fundamentais deste processo, alinhando, ao seu lado, as escolas, as universidades, enfim, os “centros de saber”. Enquanto a segunda forma a ideologia, a primeira reprime, exclui, aqueles que dela se afastam.

Quando Hobbes, Locke e Rousseau (o poeta político-administrativo) estabeleceram suas teorias acerca da formação e da construção do estado, tiveram em mente o ser social que, na sua concepção, teria ocupado o espaço do ser natural, de maneira a permitir a adaptação das diversas individualidades, dentro de um mesmo contexto, em busca de um objetivo comum, esteado sobre a

competição com solidariedade, cooperação e participatividade, onde cada um, desempenhando o seu papel, visasse o bem comum. Daí nasceu o conceito, simplista, é verdade, de que “Estado é a sociedade politicamente organizada”. Os grandes movimentos históricos (deve-se entender os *grandes saltos evolutivos da humanidade*), deram-se logo após épocas de crise, e o mais próximo que vivemos foi a revolução industrial, onde se estabeleceu o domínio do detentores dos meios de produção sobre o proletariado. Algumas tentativas de mudança do sistema acabaram fracassando, porque reproduziram, às avessas, o próprio sistema, como a implantação da ditadura do proletariado na União Soviética; outras tentaram sistematizar a produção de hegemonia, como o nazismo e o fascismo (do qual deriva, integralmente, a nossa legislação penal – guardem com carinho esta informação pela sua vital importância); algumas tiveram a sabedoria de utilizarem-se das regras postas para fortalecer a própria sociedade, esmagando as sociedades alienígenas com o seu capitalismo selvagem, como o imposto pelos EUA e seus aliados econômicos. Os ideais socialistas tiveram algum êxito na Espanha

(sintomaticamente surgidos na efervescência da luta contra uma ditadura bastante eficiente), mantém-se em Cuba (onde servem de base para a alienação que impede o questionamento do contraste entre a imensa riqueza material dos detentores do poder e o restante do povo – a família Castro é uma das mais ricas do mundo), e procura desabrochar em outras plagas, bem familiares...

De todos os êxitos e fracassos, realidades e utopias, pensadas, construídas e destruídas, restaram algumas lições, que devem ser bem focadas.

Queremos construir uma sociedade que privilegia alguns escolhidos como ocorreu com o estado soviético? Ou onde a ditadura se perpetua em um falso discurso socialista como no estado Cubano? Ou onde a selvageria competitiva provoca o desmantelamento completo da moral humana como nos EUA? Ou onde a submissão a um ou outro grupo ideológico provoca a perda da identidade de um povo, como na Argentina, no Tibet e na Nicarágua? Qual o modelo no qual vamos buscar a inspiração, eis que podemos apenas falar em modelo “menos ruim”, uma vez que todos eles trazem embutido um defeito

pontual: a busca e manutenção do poder e a manipulação social.

FAORO (1984) faz uma análise histórica bastante competente dos desenlaces e melindres que fazem com que o poder se mantenha ou se perca, descrevendo os mecanismos (não aqueles ideológicos descritos por Foucault, mas os executivos, que instrumentalizam esse poder). Curiosamente, embora muitos o tentem negar, a estrutura instrumental do poder é a mesma em todos os modelos ideológicos e políticos de sociedade e de estado.

Por isso, temos de resgatar um pouco da história, para que não venhamos a incorrer em um erro que será pronta e rapidamente utilizado, por aqueles aos quais interessa sua utilização, para abortar toda e qualquer tentativa de mudança no quadro de dominação.

O grande fracasso dos movimentos que buscaram perpetuar a hegemonia do poder foi a Inquisição. Lembrada como uma das mais terríveis (senão a mais terrível) manchas da história da humanidade, época extremamente cruel, injusta e desumana, a Inquisição não sobreviveu a uma coisa muito simples, chamada de “consciência social”. Fracassou e morreu por causa disso. Foi

resultado da reação do poder aos movimentos de incautos desavisados que não souberam “ler” a realidade da época, e desejavam a mudança, ainda que a custo de conseqüências tais como: o sofrimento do povo, o desmantelamento social, a fome, a miséria e a guerra total do estado contra aqueles que lhe davam a sustentação. Durante a época das grandes navegações marítimas, quando retornavam da busca das especiarias, nas “Índias”, os navios não vinham apenas carregados de pimenta, sal e seda: traziam também a cultura helênica, a cultura oriental, e, principalmente, Aristóteles, conjugado com uma organização social completamente desconhecida para a sociedade da época, mas perfeitamente conhecida (e reconhecida) pela Igreja, que já travara célebres batalhas contra estas culturas, e tinha nos mouros, estabelecidos na Península Ibérica, o seu maior problema. Com isso se estabelece a Inquisição, cuja finalidade exclusiva é subjugar a sociedade, combatendo as idéias aristotélicas, considerando-as hereges, sufocando os movimentos que buscavam a modificação da estrutura de poder e sustentar a intocabilidade dos dogmas que perpetuavam a dominação do clero,

dentro do próprio estado político, estabelecendo uma inimaginável (para o senso comum) relação harmônica entre Deus, poder, dominação e riqueza.

Nas revoluções de cunho socialista ou comunista, o primeiro inimigo a ser enfrentado sempre foi a Igreja, porque esta detinha o *know-how* da manipulação das grandes massas sociais. No sucesso destas revoluções, sempre se desenhava o fracasso da sociedade que nelas se procurou construir, porque nunca se conseguiu conciliar a sociedade, em torno de um modelo **solidário e participativo**, porque este modelo nunca existiu, a não ser na retórica daqueles grupos que procuravam alcançar e se perpetuar no poder. Esta é a razão fundamental da ruína dos regimes socialistas e comunistas puros. Não é por culpa de um sistema capitalista que massacra as minorias com seu poderio econômico, até mesmo porque são as minorias quem dominam, sob todos os aspectos, o próprio mercado do qual o capital usufrui. A culpa é da falta de competência de uns, e da extrema competência de outros. Falta, ao modelo socialista, a competência, organização e segurança que permita o florescimento, dentro do contexto social,

do modelo desejado; falta competência para permitir o nascimento de um sistema (talvez híbrido, não sei – com a palavra os sociólogos e antropólogos, com a competência que lhes é particular), que não seja posto a partir de uma ideologia pré-fabricada, mas um sistema original, capaz de contemplar os anseios da maioria **por opção**, e não **por falta de opção melhor**. Aliás, deve ser dito que, historicamente, eleições vêm sendo vencidas por aqueles que representam a melhor opção colocada à escolha do povo, o que não significa que exista a possibilidade de escolher aquilo que realmente se quer (talvez possamos estar vivendo um momento propício, no Brasil, para tornar o voto facultativo e implantar a candidatura sem filiação partidária, ensejando a escolha de verdadeiros representantes de grupos e coletividades, e não a escolha de uma ideologia específica, via de regra imposta por profissionais de formação da “consciência social”).

Quem domina, hoje, a técnica e os meios de manipulação social? Mídia? Capital? Historicamente é a oposição, a “esquerda” quem detém o capital (não dentro daquela história construída pelo processo de codificação histórica, mas da

histórica real, a subterrânea, cujo processo de conhecimento é negado aos próprios autores que a constroem). Então, porque continuar o discurso de “esquerda”, colocando-se em posição de confronto com o execrado “capitalismo selvagem”? É preciso pensar a causa... ou repensar o discurso?

AGUIAR (1984, p.119), sintetiza a idéia:

Assim observamos a existência de um saber produtivo, que se traduz pelo know-how, e um saber de controle, que se traduz pelas grandes visões de mundo, pelas ciências humanas, que induzem a sociedade a traduzir suas tensões por meio de projetos sociais e de embates econômicos-políticos. São catalisadores sociais. Esse saber, que é capital e poder e que é força de transformação ou manutenção da ordem social vigente, constitui-se dentro das mesmas características de tensão e contradição da sociedade encarada como um todo. Existe um saber dominante e um saber dominado. Esse saber já não é do know-how produtivo, mas a chave para soluções de controle social. Partindo deste pressuposto, podemos observar que o saber oficial, o saber vigente, toma atitudes no sentido de evitar que o

saber dominado se torne mais forte. As mesmas contradições que encontramos a nível de infraestrutura são reproduzidos em nível de superestrutura.

Esta longa e cansativa digressão, a princípio, parece não ter relação com a origem e o objeto visado pelo texto. Mas, de fato, guarda uma relação bastante estreita.

Trata-se da construção e organização de Olimpíadas, cuja finalidade é, fundamentalmente, ideológica, e isso está consubstanciado (não passando despercebido nem mesmo para o mais alienado dos cidadãos), no(s) *slogan(s)* proposto(s) para o evento. Busca-se o auxílio daquelas pessoas que tenham, dentro da sua inocência política, a idéia de que se procura, em verdade, um incremento na qualidade de vida da população, o desenvolvimento de laços de solidariedade e participação coletiva em grandes movimentos sociais, independentemente de inclinação ou filiação político-ideológica, o lazer pelo puro lazer.

Trabalhemos com essa idéia, ao mesmo tempo em que se torce para que incautos apressados não a transformem em bandeira antes do tempo certo determinado pela sabedoria transformadora dos “homens lentos”.

Dentro deste contexto, chamam-se os excluídos sociais, por intermédio de seus grupos representativos, a se fazerem presentes na grande “confraternização social da ludicidade” – assim pode-se melhor definir a intenção que se busca com o evento.

As palavras de ordem são *participação* e *integração*.

Restam princípios básicos que devem ser obedecidos (preconizada a transgressão, esta não pode ser absoluta, mesmo em defesa da “teoria do caos”, que se mostra não muito adequada ao conceito de formação espaço-temporal). São eles:

- 1) *Ninguém* pode ser excluído da festa.
- 2) *Todos* têm de poder participar em conformidade com a sua *vontade* (vontade = expressão livre e espontânea dos anseios, expectativas e intenções íntimas da individualidade do ser humano).

Obedecidos os princípios, impõe-se voltarmos para cada um dos históricos grupos de excluídos sociais, fornecendo-lhes ferramentas adequadas, adaptadas

às suas condições e peculiaridades, buscando a ampliação máxima dos espaços para o pleno exercício da liberdade e da *liberalidade* cidadãs.

Voltando o olhar para um grupo muito especial de excluídos, os **presidiários**, são indispensáveis algumas considerações específicas.

Colocou-se, nas reuniões dos dias 22 e 23, que a SuSePe – Superintendência dos Serviços Penitenciários da Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul – já estabelecera os locais onde se realizariam as atividades envolvendo presidiários. Intriga a definição de locais para um grupo específico de excluídos, implicando, desde já, em uma idéia de **exclusão dentro da exclusão**. Não há que se compartilhar desta posição, eis que nenhum diálogo foi estabelecido com os integrantes deste grupo de excluídos, antes da apresentação da “proposição”, e esta foi posta pelos detentores do poder que controla e manipula esse mesmo grupo, na exata medida que Foucault coloca no trecho do livro *Vigiar e Punir*, acima reproduzido. Bem cabe a comparação entre os leprosos e os pestilentos da época com os presidiários de hoje, que recebem o tratamento idêntico ao dado àqueles, naqueles idos tempos, eis que utilizados os

mesmos fundamentos ideológicos e políticos aos quais Foucault se reporta. São fundamentos que subjugam a mente dos “trabalhadores” da área, no qual se incluem não apenas os agentes administrativos e políticos, mas os magistrados, o Ministério Público e os detentores do “odioso patrimônio capitalista”. Este é o momento em que as retóricas e os discursos socialista e capitalista se confundem e demonstram, inequivocamente, que a intenção de uns e de outros é exatamente a mesma: manter o poder à custa de velhas, antiquadas e ultrapassadas premissas, porque historicamente consagradas. Mudança, de fato? Nenhuma!

Pois a nossa idéia é **mudar!** A intenção dos presos, dos excluídos dentre os excluídos sociais, é reverter esta exclusão, sepultando o mito da prisão como elemento de controle e coerção social, sepultando definitivamente, no senso comum da população, o engodo institucional da prisão como elemento de ressocialização do ser humano que apresenta conduta desviante, principalmente quando a transgressão é pregada abertamente pelos agentes ideológicos que hoje se encontram dentro de determinados grupos de poder.

Nestas Olimpíadas, para se poder almejar que elas sejam reconhecidas pelo ideal proposto ao senso social comum, ou seja, um espaço e uma oportunidade para a **participação** de todos e a **integração social** dos grupos historicamente excluídos, é fundamental a mudança dos procedimentos com relação aos presos.

Essa mudança começa com a abertura dos estabelecimentos penais de regime fechado para que ali adentrem todos quantos desejarem, a fim de interagirem e se **integrarem** com todos os outros que, por questões **absolutamente insuperáveis**, não podem ultrapassar os espaços de seus muros.

Implica, igualmente, na liberação de todos aqueles que cumprem pena em regimes de semiliberdade, liberdade vigiada ou restrita, para que possam se **integrar** às atividades, **no local onde estas ocorrerem, usando de sua vontade plena e livre**. Na proposta apresentada pelo DESP – Departamento de Desportos da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul – não devem ser estabelecidos locais para as Olimpíadas “dos presos”, por sugestão de órgãos repressivos.

Indispensavelmente, a SuSePe deverá negociar com o judiciário e Ministério Público, para obter a liberação dos internos (que cumprem pena em regimes diferentes do fechado) para que participem das atividades (com fundamento nos artigos 122-III e 123 “caput” da Lei n. 7.810/84 – Lei de Execução Penal), onde pretenderem e da maneira como queiram. Este é o espírito que se pretende para a Olimpíada. Louvável seria a iniciativa da SuSePe se esta, colaborando com a organização das Olimpíadas, abrisse os estabelecimentos penais, de todos os regimes, oferecendo locais à população, onde esta pudesse desenvolver as atividades programadas. Essa é a única forma de proporcionar a verdadeira **integração e participação** dos presos, em isonomia de tratamento com os demais envolvidos, sem nenhuma forma perversa de exclusão programada ou intencional. Agir de forma diferente implica em institucionalizar a demagogia como método pedagógico.

Não subsiste nenhuma argumentação lógica capaz de apresentar um único motivo razoável para que assim não seja, senão aqueles condenáveis motivos apresentados por Foucault, Aguiar

e Faoro (além de muitos outros autores, provavelmente mais conhecidos e reconhecidos), em suas respectivas obras. Nos estabelecimentos de regime fechado, onde se supõe existam problemas de segurança, deve o Estado (sempre tão eficiente quando lhe interessa), providenciar nos meios necessários, *desde, é claro, que não prejudiquem a integração e a participação dos presos nos eventos.*

Dentro deste contexto, da interpretação que se impõe na leitura dos anseios dos presos, não há espaço para o desenvolvimento de atividades exclusivas para aqueles que estejam cumprindo pena em regime de execução diferente do fechado. Estes devem participar das atividades normais de todos os demais cidadãos.

Mas, com relação às atividades que envolvem presos em regime fechado, se faz necessário promover algumas adaptações.

Os esportes de competição terão de ser o carro-chefe, para incentivar a participação, e não há espaço para outros que não sejam o futebol, o pingue-pongue, os jogos de cartas, xadrez, e similares. O segredo todo se encontra na premiação, e é esta que os presos

buscam, porque ela se traduz em seu reconhecimento como *indivíduos*, e não como *massa*. Promova-se a solidariedade (com assentamento de elogios no prontuário, por atitudes solidárias); talvez algo do tipo: “como eu agiria com você se nós estivéssemos lá fora” (isso, senhores, é evitar a dessocialização!); música sempre tem espaço, teatro traz surpresas agradáveis, churrasco, roda de chimarrão, ou debate com Juizes e promotores da Vara de Execuções Criminais, Superintendente da SuSePe e jornalistas; espaço para protestos (faixas, cantos, palavras de ordem, até mesmo, porque não, queima de algum colchão – lembram do relógio dos “quinhentos anos”?). Afinal, a palavra de ordem é *transgressão*. E, desde que respeitados alguns limites, situados dentro do razoável e do aceitável pela moral social mediana, tudo deve ser permitido. Não sobra, portanto, espaço para intervenções repressivas, como aquelas patrocinadas pela SuSePe através do Departamento de Segurança e Vigilância – o órgão mais repressivo dentro do contexto repressivo da SuSePe – que foi o primeiro a ser chamado para discutir sobre a realização das Olimpíadas envolvendo os presidiários.

Estas Olimpíadas devem ser organizadas e geridas tendo como força geradora o conhecimento e os objetivos traçados pela interdisciplinaridade cooperativa, participativa e integradora de todos os segmentos sociais e profissionais da sociedade, e não de alguns específicos, conforme a área em que a atividade se desenvolverá, sob pena de montar-se uma estrutura confirmadora e aperfeiçoadora das ferramentas de exclusão de determinados grupos sociais.

Sugestões para atividades a serem desenvolvidas pelos(as) presos(as):

Regime fechado:

- Jogos de competição: futebol, vôlei, handebol, tênis, pingue-pongue, cartas (canastra, truco, pife, paciência, etc.), xadrez, damas, bocha, bolão, bolita, atletismo, etc...
- Jogos de participação: dançar, cantar, teatro, debates, manifestações.
- Jogos de solidariedade: torcida, fazer amigos, escrever cartas,

poesias e contos, auxiliar alguém que precisa auxílio em alguma coisa, empréstimos de objetos:

- Jogos de mera atividade: exercícios, corrida, musculação, conversar, rir, fazer mímica, assistir filmes e/ou tv, escutar música em grupo, etc...
- Jogos de construção criativa: pintar, esculpir, fazer artesanato, móveis e objetos com material disponível.
- Jogos de comércio: troca e venda de objetos feitos ou bens particulares.
- Jogos de organização: juízes, coordenadores, organizadores.
- Jogos de história: resgate da história das antigas tradições prisionais (Fontes de pesquisa: Atividade de Valorização Humana e NOES/PCPA).

Premiação: medalhas, troféus, menções honrosas, certificados, cursos, elogios em prontuário, cursos profissionalizantes, etc...

Outros regimes de cumprimento de pena:

Os próprios internos se organizam, sem restrições para as

atividades que pretenderem, no local que escolherem, inclusive o local onde cumprem pena, se assim o desejarem.

Sugestões: jogos competitivos, atividades culturais, atividades sociais, socialização familiar, confraternizações, debates, protestos, discussões, etc...

Uma questão que deve ser deixada aos pedagogos para compreensão, explicação e utilização, é aquela que diz respeito à necessidade que os presos sentem de mostrarem o espaço que ocupam: alguns o fazem para expor a situação precária na qual se encontram, enquanto outros o fazem para mostrar que, mesmo dentro de um ambiente precário, constroem a sua própria individualidade. Mais: os presos sentem necessidade de contato com pessoas que fazem parte da sociedade livre, porque é esse o seu meio natural, e não a prisão; por isso, procuram a proximidade destas pessoas, buscam chamar a atenção delas, porque querem ser aceitos como iguais, e não como "leprosos ou pestilentos". Assim, se antevê como necessária a participação anônima nas Olimpíadas, principalmente dos presos em regimes diferentes do fechado, que devem ser

incentivados a procurarem outras pessoas, não do seu meio, mas de meios sociais nos quais, normalmente, não teriam oportunidade de interagir, buscando uma integração com estas pessoas, como laboratório de novas experiências vivenciais e resgate de cidadania.

Colocam-se as considerações aqui desenvolvidas não apenas como uma posição de grupo, mas como uma posição conceitual da visão do grupo sobre o sistema que obriga o grupo.

A partir destas, surge, das brumas da mente interior, o alerta de Chico Buarque, que traz algumas incertezas, algumas dúvidas e outras tantas intranqüilidades:

Se tu falas muitas palavras sutis
E gostas de senhas, sussurros, ardis
A lei tem ouvidos pra te delatar
Nas pedras do teu próprio lar.

Se trazes no bolso a contravenção
Muambas, baganas e nem um
[tostão
A lei te vigia, bandido infeliz
Com seus olhos de raio X.

Se vives nas sombras, freqüentas
[porões
Se tramas assaltos ou revoluções
A lei te procura amanhã de manhã
Com seu faro de doberman.

E se definitivamente a sociedade
só tem desprezo e horror
E mesmo nas galeras és nocivo,
és um estorvo, és um tumor
A lei fecha o livro, te pregam na
[cruz
Depois chamam os urubus

Se pensas que burlas as normas
[penais
Insufilas, agitas e gritas demais
A lei logo vai te abraçar, infrator
Com seus braços de estivador...

Para aqueles que se sentiram intranqüilos, servem as alentadoras palavras de Vitor Martins, o mais perfeito fecho que alguém poderia imaginar ao poema de Chico:

...mas agora, acho que chegou a
[hora
de fazer valer o dito popular:
desesperar, jamais;
cutucou por baixo, o de cima cai
cutucou com jeito, não levanta
[mais.

Para finalizar, aqueles que não acreditam nas possibilidades, ou nas utopias, que só vêem distâncias e impossibilidades, o fecho de Richard Bach (Longe é um lugar que não existe) e sua vida em forma de poesia, que tanta falta faz em nosso cotidiano, nos conceitos daqueles que se encontram distantes e ausentes do círculo formado pelos sábios “homens lentos” que

modificam a história da própria humanidade:

... Não posso ir ao seu encontro porque já estou com você. Você não é pequena porque já é crescida, brincando entre suas vidas, como todos fazemos, pelo prazer de viver. Você não tem aniversário porque sempre viveu; nunca nasceu, jamais haverá de morrer. Não é filha das pessoas a quem chama de mãe e pai, mas a companheira delas na jornada maravilhosa para compreender as coisas que são.

Porto Alegre, 24 de Julho de 2000.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Roberto A. R. de. *Direito, poder e opressão*. Editora Alfa-omega: São Paulo, 1984.
- BACH, Richard. *Longe é um lugar que não existe*. Editora Record: Rio de Janeiro, 1979.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1986.
- EBENSTEIN, William. *Totalitarismo. Novas Perspectivas*. Bloch Editores: Rio de Janeiro, 1967.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 2 vols. Editora Globo: Porto Alegre, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Editora Vozes: Petrópolis (RJ), 1989.
- GIRARDI, Leopoldo Justino e QUADROS, Odon José de. *Filosofia. Aprendendo a pensar*. Sagra Luzzatto: Porto Alegre, 1998.
- JELLINEK, Georg. *Teoria General del Estado*. Ed. Albatros: Buenos Aires, 1954.
- KELSEN, Hans. *Teoría General del Estado*. Editora Nacional: México, 1959.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. Ed. Ibrasa: São Paulo, 1963.
- MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico civil*. (Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva). Editora Abril: São Paulo, 1983.
- MONTESQUIEU. *De L'Esprit des Loix*. Librairie Garnier Frères, Paris, s/d.
- ROLIM, Marcos. *Teses para uma esquerda humanista*. Editora Sulina: Porto Alegre, 1999.
- ROSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. Editora Cultrix, 1971.